

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 13 de outubro de 2022

Assunto: Audição do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos

O Sindicato Nacional dos Farmacêuticos convocou uma greve de trabalhadores farmacêuticos para os dias 25 e 26 de outubro e para os dias 15 e 16 de novembro.

Serão 4 dias de greve para reivindicar soluções que tardam em aparecer e que estão a degradar os serviços de farmácia do Serviço Nacional de Saúde. Entre essas reivindicações destacam-se: a valorização da profissão e conseqüente revisão e atualização das grelhas salariais; a contagem integral do tempo de serviço para promoção e progressão na carreira; a vinculação de todos os farmacêuticos com contratos precários; a adequação do número de farmacêuticos no SNS à complexidade e necessidade desta atividade; o reconhecimento dos títulos de especialista; a regulamentação de um processo especial e transitório para regularização do acesso à especialidade.

De facto, têm sido vários os relatos de problemas de desvalorização dos farmacêuticos, de perda de condições de trabalho, de precariedade e de problemas que se colocarão num futuro imediato, nomeadamente com o não reconhecimento de especialistas.

Por exemplo, na transição para a nova carreira mais de 87% dos trabalhadores farmacêuticos foram colocados na categoria base da carreira, quando antes estavam nesta

categoria base cerca de 36%. Acresce que as possibilidades de progressão em carreira têm sido quase nulas, com poucas vagas para progressão abertas, o que faz com que a maior parte dos trabalhadores, não obstante muitos anos de experiência e investimento na sua própria formação, se mantenham nas mesmas posições, inalteradamente. As remunerações também estagnaram, com um aumento de apenas 3,5% da base salarial em 14 anos (entre 2008 e 2022), ou seja, na prática os trabalhadores farmacêuticos têm vindo a sofrer um acentuado poder de compra, quer tendo em conta a inflação e o aumento do custo de vida nestes 14 anos, quer em comparação com outras profissões, nomeadamente da área da saúde.

Todas estas situações já eram razões mais do que suficientes para a greve que agora se anuncia e para que a Assembleia da República, através da Comissão Parlamentar de Saúde, ouvisse as farmacêuticas e os farmacêuticos do SNS para perceber os seus problemas e poder, dentro das suas competências, atuar. Mas a todos esses problemas acrescem muitos outros:

Existem farmacêuticos contratados ao abrigo dos contratos-Covid que estão em situação precária no SNS e que correm o risco de despedimento a qualquer momento. Aliás, olhando para os dados do portal Transparência SNS é possível ver que nos últimos meses se tem reduzido, de forma paulatina, o número de farmacêuticos no SNS.

Existe ainda um problema com a legislação sobre a residência farmacêutica e o reconhecimento de especialidade que pode fazer com que um trabalhador farmacêutico, se mudar de instituição dentro do SNS, pode deixar de ser reconhecido como especialista, o que trará graves prejuízos, não só para o trabalhador, mas também para o próprio Serviço Nacional de Saúde.

Por todas estas razões o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera ser urgente e necessário que a Comissão Parlamentar de Saúde proceda a uma audição ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, na sequência dos problemas apontados e do pré-aviso de greve atrás referido.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Catarina Martins